



DADOS DO TRABALHO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 207

TÍTULO

Implantação de telefonia móvel com tecnologia 3G nos distritos das cidades de Minas Gerais

ÓRGÃO/ENTIDADE EXECUTOR(A)

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

CATEGORIA

Iniciativas Implementadas de Sucesso

MODALIDADE

Inovação em Políticas Públicas

ÁREA TEMÁTICA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PÚBLICO ALVO

Conforme levantamento realizado com as operadoras de telefonia móvel no Estado de Minas Gerais no final de 2013, 692 dos 782 distritos careciam de acesso à telefonia móvel. A população destes distritos segundo último censo do IBGE realizado em 2010 era de 1,17 milhão de habitantes.

Os distritos se caracterizam por populações pequenas com número expressivo de produtores rurais. 80% dos distritos contemplados no programa possuem uma população menor que 2.400 habitantes sendo Quartel de São João do município de Quartel Geral o menor entre todos com uma população de 64 habitantes. O Anexo I apresenta um mapa da sede do distrito de Quartel de São João para ter dimensões das localidades que estão sendo atendidas pelo Minas



Comunica II.

Além dessa atividade agrícola, alguns distritos possuem grande potencial turístico, como Milho Verde, pertencente ao município de Serro e Lavras Novas, localizado em Ouro Preto, devido à proximidade com cidades históricas, as belezas naturais e ao turismo gastronômico. Além de atender diretamente à população dos distritos, o programa facilita a comunicação dos viajantes.

RESUMO

A iniciativa tem como objetivo implantar sinal de telefonia móvel com tecnologia 3G em todos os distritos das cidades mineiras com intuito de reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento econômico e social. Em 2013 foi identificado que 692 de 782 distritos mineiros não possuíam sinal de telefonia celular. O Programa Minas Comunica II implantou sinal de telefonia móvel até o momento para 644 distritos o que corresponde a 93% de execução do escopo inicial. A população atendida representa 1.075.966 habitantes conforme o Censo IBGE 2010. O financiamento é por meio de Concessão de Crédito Outorgado de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) vinculado à instalação das Estações Rádio Base (ERB's) de telefonia nos distritos. Nessa forma de investimento, o Estado estimula o desenvolvimento da economia que conseqüentemente gera arrecadação com ICMS.

PALAVRAS-CHAVE

Telefonia; Mobilidade; Distritos; 3G

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ANTERIOR

O Estado de Minas Gerais é a unidade da federação do Brasil que possui mais municípios totalizando 853. A dimensão territorial de Minas Gerais é de 586.522 Km² e equivale à dimensão de países como França e Ucrânia. No ano de 2007, foram identificados que 412 sedes de municípios não tinham cobertura de telefonia móvel. Dessa forma, foi lançado o Programa Minas Comunica I para suprir essa necessidade. No ano de 2008 todas as sedes municipais de Minas Gerais tinham cobertura de telefonia celular decorrente deste Programa.

Entretanto, ao longo dos anos, a população que se localizava distante das sedes municipais começou também a demandar este tipo de serviço, tendo em vista a sua essencialidade para o desenvolvimento territorial. A implantação de sinal de telefonia celular nessas localidades não gera, a princípio, interesse comercial das operadoras, tendo em vista que são regiões mais afastadas, com populações menores e que demandam infraestrutura maior, e assim, dependente de altos investimentos.

O relatório "Qual é o Impacto da Telefonia Móvel no Crescimento Econômico?" ("What Is the Impact of Mobile Telephony on Economic Growth?"), produzido pela Associação Groupe Speciale Mobile (GSM) e a Deloitte em novembro de 2012, fornece uma previsão do impacto do uso de dados móveis no crescimento do PIB ? Produto Interno Bruto, em mercados desenvolvidos e em desenvolvimento. O relatório se baseia em pesquisa de uso de dados e de crescimento econômico em 14 países, fornecida pela Cisco Systems, com base em seu "Índice de Rede Visual" (VNI - Visual Networking Index), bem como em estudos da Deloitte sobre o impacto da telefonia móvel na



produtividade, em 79 países, e sobre o impacto da penetração da tecnologia 3G, em 96 países. Com o uso de dados do VNI da Cisco para os 14 países, o estudo revelou uma forte relação entre o uso de dados móveis por conexão 3G e o crescimento econômico. Uma duplicação do uso de dados móveis resulta em um aumento de 0,5 ponto percentual na taxa de crescimento per capita do PIB nos 14 países, entre eles o Brasil. Nos mercados em desenvolvimento, uma expansão de 10% na penetração da telefonia móvel aumenta a produtividade em 4,2 pontos percentuais. Diante desse contexto, em novembro de 2013, foi realizado um estudo junto às operadoras de telefonia que atuam em Minas Gerais para identificar quais destas localidades não tinham cobertura de telefonia celular. Para esse levantamento foi utilizada a sede do distrito que tem a denominação de vila correspondente à aglomeração urbana de um determinado município. A base inicial de distritos utilizada foi do Censo do IBGE ? Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado no ano de 2010, que identificava que Minas Gerais tinha 782 distritos. Nesse levantamento, 87% dos distritos não possuíam telefonia celular, o que corresponde a uma população de aproximadamente 1,17 milhão de pessoas.

OBJETIVOS DA INICIATIVA

A iniciativa tem como escopo implantar o serviço de telefonia celular com a tecnologia 3G em 100% das sedes dos distritos das cidades mineiras que ainda não contavam com esse serviço. Isso corresponde a 692 distritos de 359 municípios mineiros, conforme distribuição geográfica apresentada no Anexo II - Mapa de predição da cobertura dos 692 distritos contemplados no Programa Minas Comunica II.

A partir da implantação desse escopo, os objetivos com a iniciativa são:

- ? Reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento econômico e social das regiões objeto do Programa;
- ? promover a integração tecnológica e comunicativa entre as regiões mineiras, contemplando distritos sem cobertura de telefonia móvel de todas as regiões e proporcionando acesso aos serviços que nas grandes áreas urbanas já são uma realidade;
- ? além de proporcionar mais conforto e segurança à população em geral, proporcionar aos produtores rurais uma comunicação mais ágil, que possibilita o aumento de geração de renda, com a busca de novos mercados, por meio de contatos com novos clientes, fornecedores e parceiros;
- ? proporcionar à população dos distritos acesso à informação e a vários serviços, como saúde, educação, segurança, trabalho, turismo, de forma mais rápida, uma vez que muitos serviços públicos hoje possuem plataformas web, que podem ser acessadas pelos cidadãos e população residente dos distritos através da tecnologia 3G; e
- ? melhorar a comunicação das pessoas que transitam nos distritos.

DESCRIÇÃO DA INICIATIVA

Em setembro de 2013 foram iniciados os trabalhos para elaboração do Edital de Chamamento Público para a seleção da empresa responsável por promover a infraestrutura necessária para a prestação do serviço de telefonia celular nos distritos das cidades de Minas Gerais que ainda não eram atendidos com serviço móvel pessoal. Esse trabalho envolveu a elaboração do Termo de Referência, levantamento junto às operadoras de telefonia móvel dos distritos que não contavam com sinal de telefonia celular, e a modelagem econômica financeira do projeto.

No dia 13/01/14 ocorreu a solenidade de lançamento do Programa com a publicação do Edital de Chamamento Público. Em fevereiro de 2014 foi realizado um Chamamento Público para a seleção de empresa responsável pela



execução do Programa, na qual a empresa Telefônica Brasil S.A. ? VIVO foi vencedora, após uma disputa com a operadora OI. No dia 14 de março, o governador do Estado de Minas Gerais e o presidente da Telefônica Brasil S.A. ? VIVO assinaram, em cerimônia no Palácio Tiradentes, o termo de compromisso para a execução do programa. O cronograma de implantação inicial teve previsão de 24 meses de duração do programa a partir de abril de 2014.

A implantação das Estações Rádio Base contam com as seguintes atividades principais:

- a) Ativo e Certificado - Site em Funcionamento e Certificado pelo Estado como Conforme
- b) Ativo e Ainda não Certificado - Site em Funcionamento e Ainda não Certificado pelo Estado como Conforme
- c) Teste de Performance - Fase final de testes de performance dos equipamentos
- d) RFI (Ready for Instalation) - Site já construído e pronto para início de instalação dos equipamentos (obra civil, torre construída, energia disponível, estrada de acesso ao site pronto)
- e) Construção - Fase de construção do site
- f) Energia - Fase de Necessidade de extensão de rede elétrica junto às Concessionárias de Energia do Estado
- g) Licenciamento - Fase de licenciamento ambiental, caso seja necessário.
- h) Projeto - Ponto já definido e contrato fechado. Etapa de elaboração do projeto executivo para construção do site (Projeto da Torre, Projeto Elétrico e Civil)
- i) Aquisição - Etapa de aquisição do ponto para construção do site (aprovação do polígono e fechamento de contrato)

A iniciativa do Programa Minas Comunica II aprimora a prática anterior advinda do Minas Comunica I, ou seja, em três aspectos principais:

- 1) O primeiro é contemplar localidades com menor infraestrutura e com populações menores que as sedes municipais. A média de habitantes dos distritos é de 1690.
- 2) O segundo aspecto que se diferencia do Minas Comunica I é a tecnologia a ser utilizada. O Minas Comunica I contemplou o sinal 2G e o Minas Comunica II possui como requisito mínimo o 3G, com melhor qualidade de captura de sinal e maior velocidade de transmissão de dados. Esse requisito propicia uma agregação de valor ao serviço de telefonia móvel já que a população terá a possibilidade de melhor acessar serviços que já estão disponíveis na internet.
- 3) O terceiro ponto está relacionado à forma de financiamento da iniciativa. Enquanto o Minas Comunica I tinha como forma de financiamento a subscrição de debêntures (títulos de crédito representativo de empréstimos), junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, o Minas Comunica II possui modelo de financiamento voltado para que o investimento do Estado seja efetivado por meio de Concessão de Crédito Outorgado de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) vinculado à instalação das Estações Rádio Base (ERB's) de telefonia nos distritos, a ser descrito na seção Recursos Financeiros. Em suma, o Estado incentiva que a localidade comece a gerar ICMS de telefonia móvel. Uma parte desse ICMS vai para a operadora durante um período para financiar o investimento.

HOUVE A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS

Sim

DETALHE COMO FORAM FEITAS AS PARCERIAS



O Programa Minas Comunica II foi iniciado com uma parceria entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e a Secretaria de Estado da Fazenda, para fins de planejamento e formulação da forma de financiamento da execução do objeto central do programa. Essa formulação culminou no Regime Especial: Crédito Outorgado de ICMS relativo a investimentos de infraestrutura no setor de telecomunicações. Após a efetivação da licitação e assinatura do Termo de Compromisso, firmou-se o vínculo entre a SEPLAG e a Telefônica Brasil S.A. ? VIVO com parceria para gestão, acompanhamento e monitoramento da execução do Programa.

Após a assinatura do Termo de Compromisso decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2014 - Programa Minas Comunica II, houve a realização de algumas parcerias para que a execução do Programa fosse otimizado, monitorado e gerido. A primeira parceria se deu a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 020/2014 celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB, o Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL e a Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Rede Minas. Estas três instituições foram definidas pelo Estado como entidades certificadoras integrantes do Poder Executivo para a execução da fiscalização e monitoramento. Estas efetivam a cessão de técnicos especializados para as vistorias em campo e, juntamente com o órgão gestor ? SEPLAG, fazem toda a gestão e controle das entregas da empresa operadora de telecomunicações.

Outra parceria efetivada foi a inclusão do Programa Minas Comunica II no Núcleo de Projetos Prioritários - NAPP da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD. Dessa forma, os processos de licenciamento ambiental estadual presentes na execução do programa são analisados pelo NAPP/SEMAD, dando maior priorização e celeridade aos processos. Outras parcerias foram efetivadas junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e Grupo ENERGISA, concessionárias de Energia do Estado de Minas Gerais, de forma a integrar grupo de trabalho para resolução de questões relacionadas à extensão de rede elétrica.

Também foram efetivadas parcerias junto ao Instituto de Tecnologia e Geoinformação do Estado de Minas Gerais - IGTEC com intuito de levantamento de informações sobre a base territorial e limites do Estado, com Prefeituras, Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para esclarecimentos, informações e acompanhamento das evoluções dos processos de licenciamentos municipais e infraestrutura para logística da torre de telefonia, como estrada de acesso por exemplo, além de parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para informações de regulamentação, dúvidas e esclarecimentos.

RECURSOS UTILIZADOS

RECURSOS HUMANOS

A partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 020/2014 celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB, o Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL e a Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Rede Minas. Estas três instituições foram definidas pelo Estado como entidades certificadoras integrantes do Poder Executivo para a execução da fiscalização e monitoramento. Estas efetivam a cessão de 06 técnicos especializados para as vistorias em campo e, juntamente com o órgão gestor ? SEPLAG, que conta com 03 servidores para atuação no programa, fazem toda a gestão e controle das entregas da empresa operadora de telecomunicações. A certificação do serviço implantado pela operadora de telefonia, portanto, é realizado por técnicos dessas entidades do próprio governo mineiro na área de telecomunicações. A SEPLAG atua com pessoal na gestão e controle do programa.

Importante destacar que a Empresa Telefônica Brasil S.A. ? VIVO efetiva as implementações técnicas em conjunto



com empresas terceiras, denominadas "sharings", que são empresas contratadas para serem as responsáveis por toda a implantação das fases do ciclo de vida do empreendimento - estudos preliminares, viabilidade técnica, econômica e financeira, projeto básico, projeto executivo, suprimento de equipamentos e materiais, executar a construção civil e montagem de equipamentos até a entrega da obra em perfeitas condições para que a operadora possa implantar seus equipamentos e prestar o serviço móvel pessoal.

RECURSOS FINANCEIROS

O Programa Minas Comunica II possui modelo de financiamento voltado para que o investimento do Estado seja efetivado por meio de Concessão de Crédito Outorgado de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) vinculado à instalação das Estações Rádio Base (ERB's) de telefonia nos distritos.

Em regime de fomento, o investimento é efetivado por meio de incentivos fiscais com concessão de Crédito Outorgado de ICMS vinculado à instalação de Estações Rádio Base de suporte ao Serviço Móvel Pessoal, segundo regras de Negócio descritas em Edital de Chamamento Público nº 001/2014 e normas em vigor. A participação financeira do Estado se dará por fruição do benefício num período de 60 meses, em parcelas mensais, respeitando as condições expostas no Edital, Termo de Compromisso, Convênio ICMS 85/2011 e Decreto nº 46.367/2013.

A licitação, então foi regulamentada pelo Convênio ICMS 85/2011 (cujas disposições foram estendidas a Minas Gerais pelo Convênio ICMS 125/2013), que autoriza os Estados signatários a conceder crédito outorgado de ICMS para aplicação em investimentos em infraestrutura em seus territórios, desde que não exceda, a 5% da parte estadual de arrecadação anual do ICMS relativo ao exercício imediatamente anterior.

Como o distrito não tem sinal de telefonia celular, consequentemente não existe atividade comercial para geração de ICMS. À medida que é implantado o sinal de telefonia celular no distrito, a população começa a utilizar o serviço e consequentemente é gerado o ICMS. O Estado dessa forma, ao invés de recolher todo o ICMS gerado, utiliza uma parte para financiar a operadora que disponibilizou esse serviço no distrito durante um período.

O crédito outorgado inicialmente é de R\$ 112.430.000,00, 18,76% menor que o preço de referência inicial de R\$ 138.400.000,00 conforme resultado final dos lances para o Chamamento Público. O valor por distrito, ou seja, por estação rádio base implantada, portanto é de R\$ 162.471,10.

RECURSOS MATERIAIS

A certificação do serviço implantado pela operadora de telefonia é realizada por técnicos de entidades do próprio governo mineiro na área de telecomunicações com utilização de carros e equipamentos do Estado e também com aparelhos telefônicos disponibilizados pela empresa vencedora do Chamamento Público.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

Neste aspecto é importante salientar que todos os procedimentos de certificações foram padronizados e utilizam aparelhos de telefonia móvel, disponibilizados em comodato pela empresa vencedora do chamamento público, com aplicativos e sistema WEB especialmente desenvolvido pela equipe certificadora do Estado com relatório de



certificação padrão para efetivação dos trabalhos. Assim, é possível obter informações em tempo real para geração de relatórios, consolidação de informações e verificação da evolução do programa ao longo do tempo. Outro ponto é a multiplicação do conhecimento, já que, a partir da sede do Governo do Estado em Belo Horizonte, efetivam-se os treinamentos que são posteriormente repassados para os técnicos lotados nas mais variadas regiões mineiras. Seguem links do sistema de certificação, mapa de execução do programa e site da SEPLAG com divulgação da documentação dos processos:

<http://www.cohab.mg.gov.br/comunica/>

<http://www.cohab.mg.gov.br/comunica/mapa/>

<http://planejamento.mg.gov.br/gestao-governamental/gestao-de-tecnologia-da-informacao/minas-comunica-ii>

CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO/MANUTENÇÃO DA INICIATIVA

De acordo com Decreto Estadual nº 46.367, de 04 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de crédito outorgado de ICMS para aplicação em investimentos em infraestrutura no setor de telecomunicações, foi limitado o valor de investimento realizado pela empresa prestadora de serviço de telefonia móvel, não podendo ultrapassar R\$ 140.000.000,00.

O crédito outorgado inicialmente é de R\$ 112.430.000,00, 18,76% menor que o preço de referência inicial de R\$ 138.400.000,00 conforme resultado final dos lances para o Chamamento Público. O valor por distrito, ou seja, por estação rádio base implantada, portanto é de R\$ 162.471,10.

O crédito outorgado conforme disposição do Decreto deve ser obrigatoriamente voltado para gastos classificados como investimentos escriturados contabilmente no Subgrupo Imobilizado. São exemplos:

I - Custo relativo a Equipamentos de Rede de Telecomunicações para Estações Rádio Base (ERBs), Enlaces de Transmissão e Centrais (RNCs) em instalações próprias e de terceiros, incluindo:

- a) Custos de Licenças de Software;
- b) Custos de Hardware tais como Antenas, Gabinetes, Filtros, Cabos, Bastidores e Placas;
- c) Custos de Serviços de mão-de-obra para projeto, entrega de equipamento, instalação, testes, integração, ativação.

II - Custos relativos à Infraestrutura de Rede de Telecomunicações para Estações Rádio Base (ERBs), Enlaces de Transmissão e Centrais (RNCs) em instalações próprias e de terceiros, incluindo:

- a) Custos de mão de obra e material para construção civil de abrigo de alvenaria, base para gabinetes, nova estrutura vertical (torre), suportes, esteiramento para cabos, infraestrutura de energia e aterramento, reforço de estrutura vertical existente, estrada de acesso.
- b) Custos de Projeto de Infraestrutura, Laudo Estrutural e Licenciamentos ? serviços, taxas, medidas compensatórias exigidas por entes públicos, que sejam incorporados ao custo de formação do ativo.

Dessa forma, o custo do projeto está voltado para implantação das Estações Rádio Base. A manutenção das mesmas é de responsabilidade da Operadora Vivo Telefônica na medida que o serviço começa a ser monitorado pela Anatel.

OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA

Os principais obstáculos identificados na implementação do Programa Minas Comunica II são os processos de licenciamento ambiental nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal), que demandam tempo e muitos atores envolvidos; licenciamento municipal no que concerne a emissão de alvarás e aprovações de projetos



para início da construção das torres de telefonia e infraestrutura anterior; e processos de extensão de rede elétrica junto às Concessionárias de Energia do Estado de Minas Gerais (Cemig e Energisa).

Um obstáculo pontual que apareceu durante esse período foram as greves dos funcionários da SEMAD e da Cemig o que atrasou o processo de liberação dos processos.

Outro ponto importante que a princípio poderia ser um obstáculo é que a implementação do programa se deu em cenário de transição de governo no Estado de Minas Gerais. O projeto foi iniciado em 2014 por uma gestão e teve prosseguimento por outra gestão a partir do ano de 2015 tendo em vista a sua importância para a população.

SOLUÇÕES ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS

Os principais obstáculos identificados na implementação do Programa Minas Comunica II são os processos de licenciamento ambiental nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal), que demandam tempo e muitos atores envolvidos; licenciamento municipal no que concerne a emissão de alvarás e aprovações de projetos para início da construção das torres de telefonia e infraestrutura anterior; e processos de extensão de rede elétrica junto às Concessionárias de Energia do Estado de Minas Gerais (Cemig e Energisa).

Um obstáculo pontual que apareceu durante esse período foram as greves dos funcionários da SEMAD e da Cemig o que atrasou o processo de liberação dos processos.

Outro ponto importante que a princípio poderia ser um obstáculo é que a implementação do programa se deu em cenário de transição de governo no Estado de Minas Gerais. O projeto foi iniciado em 2014 por uma gestão e teve prosseguimento por outra gestão a partir do ano de 2015 tendo em vista a sua importância para a população.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa implantou sinal de telefonia móvel com a tecnologia 3G até o momento para 644 distritos o que corresponde a 93% de execução do escopo inicial. A população atendida até o momento representa 1.075.966 habitantes conforme o Censo IBGE 2010. A planilha de situação do projeto está disponível no Anexo III e pode ser acessada publicamente no link da SEPLAG, conforme abaixo:

<http://planejamento.mg.gov.br/gestao-governamental/gestao-de-tecnologia-da-informacao/minas-comunica-ii>.

Os distritos faltantes se encontram com prazos postergados de março de 2016 para setembro de 2016 tendo em vista alguns processos de licenciamento ambiental em área de proteção ambiental que demandaram mais tempo para avaliação, processos de extensão de energia elétrica que demoraram mais tempo tendo em vista a falta de infraestrutura do distrito e as greves dos funcionários da CEMIG e SEMAD já relatados.

Tendo em vista a relevância do programa, após o início da sua execução recebemos aproximadamente 420 solicitações por diversos atores para incorporação de localidades no projeto. Dessa forma, instruímos os demandantes do processo para transformar uma localidade em distrito conforme orientações do IGTEC.

Atualmente está sendo tramitado pelo Governo do Estado de Minas Gerais o 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso com inclusão de 82 novos distritos que foram criados a partir do Censo de 2010 que foi utilizada para a construção do Termo de Compromisso original

MECANISMOS E MÉTODOS DE MONITORAMENTO E



AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O monitoramento é efetivado por sistema WEB especialmente desenvolvido pela equipe certificadora do Estado com relatório de certificação padrão para efetivação dos trabalhos. Assim, é possível obter informações em tempo real para geração de relatórios, consolidação de informações e verificação da evolução do programa ao longo do tempo. São efetivadas reuniões de acompanhamento quinzenal entre a SEPLAG, Entidades Certificadoras e Empresa vencedora do Chamamento Público, para alinhamento de informações da execução do Programa. Também é disponibilizado canal de comunicação por telefone e e-mail para que a população dos distritos e representantes das Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa possa entrar em contato para dúvidas, informações e esclarecimentos. O e-mail é minascomunica@planejamento.mg.gov.br

Também é disponibilizado canal de comunicação da operadora VIVO e da Agência Nacional de Telecomunicações para reclamações e solicitações de informação.

Importante destacar previsão de importante mecanismo de avaliação em Edital de Chamamento Pública nº 001/2014 de apresentação pela empresa prestadora de demonstrativo financeiro, validado por auditoria externa, contemplando o valor dos investimentos totais associados à implantação do objeto do programa para verificação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Data de entrega no Sistema

25/07/2016 15:24:19